



MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA		
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional	SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ Subprocurador-Geral Judicial	VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY Subprocurador-Geral Recursal
MAURÍCIO ANDRÉ BARROS PITTA Corregedor-Geral do Ministério Público		EDUARDO TAVARES MENDES Ouvidor do Ministério Público

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA Márcio Roberto Tenório de Albuquerque Presidente		
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá Dennis Lima Calheiros Márcio Roberto Tenório de Albuquerque Denise Guimarães de Oliveira Sérgio Amaral Scala Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos	Walber José Valente de Lima Vicente Felix Correia Marcos Barros Méro Maurício André Barros Pitta Helder de Arthur Jucá Filho Neide Maria Camelo da Silva	Lean Antônio Ferreira de Araújo Eduardo Tavares Mendes Valter José de Omena Acioly Isaac Sandes Dias Maria Marluce Caldas Bezerra

Procuradoria-Geral de Justiça

Atos

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 85/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE nomear ESTELA DA SILVA COSTA, portadora do CPF nº 107.098.024-20, para exercer o cargo, de provimento em comissão, de Assistente de Promotoria de Justiça, símbolo AS-4, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 19 de setembro de 2023.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça

Despachos do Procurador-Geral de Justiça

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU NO DIA 19 DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 01.2023.00002741-0.

Interessado: 8º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento dos autos

Proc: 02.2023.00007945-2.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro. Lavre-se a necessária portaria. Em seguida, remetam-se os autos ao interessado.

Proc: 02.2023.00007997-4.

Interessado: Promotoria de Justiça de Matriz do Camaragibe - MPAL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Retornem os autos à interessada para, querendo, manifestar-se sobre o apoio sugerido no despacho de fls.46.

Proc: 02.2023.00008013-7.

Interessado: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO 10ª VARA DO TRABALHO DE MACEIÓ.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.



Proc: 02.2023.00008030-4.
Interessado: Defensoria Pública de Alagoas -DPE.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da identidade de objeto, junte-se ao Proc. SAJMP n. 02.2023.00007993-0.

Proc: 02.2023.00008033-7.
Interessado: Alagoas-Previdência.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2023.00008079-2.
Interessado: 43ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 19 de setembro de 2023.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

Portarias

PORTARIA PGJ Nº 497, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, Procurador de Justiça, ora Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional do Ministério Público de Alagoas, para coordenar o Grupo de Apoio Institucional e de Fiscalização das eleições dos Conselhos Tutelares do Estado de Alagoas.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça

Distribuição Processual

Distribuição da Procuradoria Geral de Justiça

Ao(s) 19 dia(s) do mês de setembro o funcionário competente do setor de Distribuição PGJ encaminhou, até as 13h30, os seguintes processos abaixo relacionados:

Processo: 02.2023.00008039-2
Interessado: 12º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL
Natureza: Declínio de Atribuição. NF - 1.11.000.001112/2023-43, para providências.
Assunto: Ofício NF - 1.11.000.001112/2023-43
Remetido para: 26ª Promotoria de Justiça da Capital

Processo: 02.2023.00008046-0
Interessado: 1ª Vara do Trabalho de São Miguel dos Campos - TRT19
Natureza: Informações sobre fatos ocorridos no Processo 0000107-96.2023.5.19.0262
Assunto: Ofício nº 139/2023 - PJe 1ª VTSMC
Remetido para: Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela

Processo: 02.2023.00008047-0
Interessado: Secretaria de Estado da Educação de Alagoas - SEDUC
Natureza: Convite para Reunião com os membros da Comissão para estudos e definição dos indicadores que comporão o



Índice Municipal de Qualidade Educacional de Alagoas - IQEAL
Assunto: Ofício Circular nº E:59/2023/SEDUC
Remetido para: 60ª Promotoria de Justiça da Capital

Processo: 02.2023.00008063-7
Interessado: Martins e Oliveira LTDA - ME
Natureza: Requerimento de TAC. Desfile Cívico
Assunto: Requerimento
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2023.00008070-4
Interessado: Alagoas-Previdência
Natureza: Encaminha cópia do processo SEI! 04799.00007108/2017, para ciência e providências de suas competências.
Assunto: Ofício PROCESSO 04799.00007108/2017
Remetido para: Coordenadoria das Criminais Residuais

Processo: 02.2023.00008079-2
Interessado: 43ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Natureza: Solicita que as mídias referentes aos Inquéritos Policiais destinados a 43ª Promotoria da Capital sejam integradas ao referido procedimento investigatório
Assunto: Ofício nº 210/2023-43PJCVD
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Conselho Superior do Ministério Público

Pautas de Reunião

PAUTA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 21.9.2023

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros e ao público em geral que, na quinta-feira, dia 21.9.2023, às 10 horas, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público, na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, e na forma virtual, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

APRECIÇÃO DA ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSMP DO ANO DE 2023

PROCEDIMENTOS PARA CONHECIMENTO

Ordem: 1 Cadastro nº: 022023000075945 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 2 Cadastro nº: 052023000035953 Origem: 11ª Promotoria de Justiça de Arapiraca Assunto: Exames/Consultas Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 3 Cadastro nº: 022023000076266 Origem: Promotoria de Justiça de Major Isidoro Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 4 Cadastro nº: 022023000076577 Origem: Protocolo Geral Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 5 Cadastro nº: 022023000076777 Origem: Promotoria de Justiça de Matriz de Camaragibe Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 6 Cadastro nº: 022023000076855 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 7 Cadastro nº: 022023000076866 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 8 Cadastro nº: 052023000036108 Origem: 18ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 9 Cadastro nº: 022023000076944 Origem: 1ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 10 Cadastro nº: 022023000077187 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 11 Cadastro nº: 022023000077265 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque



Ordem: 12 Cadastro nº: 022023000077454 Origem: Protocolo Geral Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 13 Cadastro nº: 022023000077487 Origem: Protocolo Geral Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 14 Cadastro nº: 022023000077500 Origem: Protocolo Geral Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 15 Cadastro nº: 022023000077532 Origem: Protocolo Geral Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 16 Cadastro nº: 052023000036330 Origem: Promotoria de Justiça de Viçosa Assunto: Conselhos tutelares Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 17 Cadastro nº: 052023000036341 Origem: Promotoria de Justiça de Viçosa Assunto: Conselhos tutelares Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 18 Cadastro nº: 052023000036352 Origem: Promotoria de Justiça de Viçosa Assunto: Conselhos tutelares Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 19 Cadastro nº: 052023000036363 Origem: Promotoria de Justiça de Viçosa Assunto: Conselhos tutelares Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 20 Cadastro nº: 052023000036374 Origem: Promotoria de Justiça de Viçosa Assunto: Violação dos Princípios Administrativos Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 21 Cadastro nº: 022023000077676 Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 22 Cadastro nº: 022023000077698 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 23 Cadastro nº: 022023000077710 Origem: Promotoria de Justiça de Major Isidoro Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 24 Cadastro nº: 022023000077721 Origem: Promotoria de Justiça de Major Isidoro Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 25 Cadastro nº: 022023000077732 Origem: Promotoria de Justiça de Major Isidoro Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 26 Cadastro nº: 022023000077743 Origem: Promotoria de Justiça de Major Isidoro Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 27 Cadastro nº: 022023000078020 Origem: Promotoria de Justiça de Maribondo Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 28 Cadastro nº: 022023000078175 Origem: Promotoria de Justiça de Major Isidoro Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 29 Cadastro nº: 022023000078364 Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Ordem: 30 Cadastro nº: 022023000078609 Origem: 25ª Promotoria de Justiça da Capital Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

PROCEDIMENTOS PARA DELIBERAÇÃO

Ordem: 31 Cadastro nº: 062016000002493 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo Partes: ALDIMULF DA SILVA NASCIMENTO/Município de Jacuípe/AL Assunto: Conselhos tutelares Relator: Lean Antônio Ferreira de Araújo
Ordem: 32 Cadastro nº: 062023000002162 Origem: 11ª Promotoria de Justiça de Arapiraca Assunto: Contra o Meio Ambiente Relator: Lean Antônio Ferreira de Araújo
Ordem: 33 Cadastro nº: 062018000000281 Origem: Promotoria de Justiça de Colônia Leopoldina Assunto: Dano ao Erário Relator: Isaac Sandes Dias
Ordem: 34 Cadastro nº: 062018000004511 Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião Partes: IBAMA-AL-Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis/TRANSPORTE RENER LTDA Assunto: Crime contra a administração ambiental Relator: Isaac Sandes Dias
Ordem: 35 Cadastro nº: 052023000030169 Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Água e/ou Esgoto Relator: Isaac Sandes Dias
Ordem: 36 Cadastro nº: 022023000054806 Origem: 20ª Promotoria de Justiça da Capital Relator: Isaac Sandes Dias
Ordem: 37 Cadastro nº: 062022000004001 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo Assunto: Enriquecimento ilícito Relator: Isaac Sandes Dias
Ordem: 38 Cadastro nº: 062022000003490 Origem: 22ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Dano ao Erário Relator: Isaac Sandes Dias
Ordem: 39 Cadastro nº: 062018000008595 Origem: 11ª Promotoria de Justiça de Arapiraca Assunto: Assistência Interna à Saúde Relator: Marcos Barros Méro
Ordem: 40 Cadastro nº: 062021000000801 Origem: 20ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Flávia Kelly Santos de Lima e outras/SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE Assunto: Hospitais e Outras Unidades de Saúde Relator: Marcos Barros Méro
Ordem: 41 Cadastro nº: 062022000001937 Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Acumulação de Cargos



Relator: Marcos Barros Méro

Ordem: 42 Cadastro nº: 022022000044059 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Marcos Barros Méro

Ordem: 43 Cadastro nº: 062023000000220 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos Assunto: Natureza do Cargo Acumulável Relator: Marcos Barros Méro

Ordem: 44 Cadastro nº: 062023000001919 Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe Assunto: Ambiental Relator: Marcos Barros Méro

Ordem: 45 Cadastro nº: 062023000001963 Origem: Promotoria de Justiça de Girau do Ponciano Assunto: Violação dos Princípios Administrativos Relator: Marcos Barros Méro

Ordem: 46 Cadastro nº: 052023000029351 Origem: 3ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Irregularidade no atendimento Relator: Marcos Barros Méro

Ordem: 47 Cadastro nº: 092023000013137 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios Assunto: Enriquecimento ilícito Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 48 Cadastro nº: 022022000068307 Origem: Procuradoria Geral de Justiça Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 49 Cadastro nº: 062022000005844 Origem: 22ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Violação dos Princípios Administrativos Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

MARCUS AURÉLIO GOMES MOUSINHO

Promotor de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas

Corregedoria Geral do Ministério Público

Decisões

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MAURICIO PITTA CORREIA, DESPACHOU NO DIA 19 DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Processo SAJ/MP/Corregedoria nº 02.2023.00006604-6

Protocolo Unificado: Alex Fernandes dos Santos

EXTRATO DA DECISÃO: Considerando que o caso em espeque já foi apreciado por este órgão em momento anterior e que os mesmos fatos serão analisados agora pela Corregedoria Nacional, não se verifica justa causa para instauração de procedimento disciplinar no âmbito da Corregedoria local. Diante disso, determino o arquivamento da presente representação. Cumpra-se. Publique-se. Intime-se.

Processo SAJ/MP/Corregedoria nº 02.2023.00006748-9

Protocolo Unificado: Amélia Adriana de Carvalho Campelo

EXTRATO DA DECISÃO: Ciente do procedimento adotado pela Promotora de Justiça. Realizadas as devidas anotações, determino o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se. Publique-se. Intime-se.

Secretaria-Geral da Corregedoria-Geral, em Maceió, 19 de Setembro de 2023.

Promotorias de Justiça

Portarias

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001201-6

PORTARIA Nº 0148/2023/62PJ-Capit.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio da 62ª Promotoria de Justiça da Capital, com atribuições judiciais e extrajudiciais no âmbito do Controle Externo da Atividade Policial e da Tutela da Segurança Pública, CONSIDERANDO que se impõe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses



coletivos e individuais indisponíveis, conforme preceitua o art. 127, caput da Magna Carta Constitucional; CONSIDERANDO que ao Ministério Público pertence o exercício, com exclusividade, da ação penal pública e do controle externo da atividade policial; CONSIDERANDO incumbir ao Parquet as medidas necessárias para garantir o respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, como os órgãos de segurança, aos direitos assegurados pela Constituição Federal; CONSIDERANDO que o munus publicum de controle externo da atividade policial constitui instrumento de relevo para o exercício pleno da titularidade da ação penal pública;

CONSIDERANDO que o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público tem como objetivo assegurar a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial;

CONSIDERANDO, nos termos disciplinares do art. 7º, inc. I da LC Federal nº 75/93 c/c os arts. 26, inc. I e 80 da Lei nº 8.625/93, das Resoluções nºs 20/07 e 174/17, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda, do art. 6º, inc. I da LC Estadual nº 15/96, que o Ministério Público pode instaurar procedimento administrativo visando acompanhar fatos que rogam imediata e minuciosa apuração, o que inclui sanar deficiências e/ou irregularidades detectadas no exercício do controle externo da atividade policial;

CONSIDERANDO as informações veiculadas no portal eletrônico de notícias "Cadaminuto", dando conta da morte de JEFF GUEIROS ROCHA, ocorrida no dia 21 de fevereiro de 2023 no Conjunto José Tenório, Serraria, Maceió-AL;

CONSIDERANDO que, de acordo com o portal de notícias, tal morte teria se dado em virtude de violência praticada por policial penal que, após discussão de trânsito com a vítima, teria efetuado contra a mesma alguns disparos de arma de fogo, por suposto motivo fútil e em circunstâncias que impossibilitaram a sua defesa;

CONSIDERANDO que, com base nas informações referidas alhures, esta PJC instaurou a Notícia de Fato nº 01.2023.00001003-0, no bojo da qual foi confeccionado o Ofício nº 0213/2023/62PJ-Capit, encaminhado à Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social de Alagoas no dia 28 de março de 2023, solicitando a instauração do procedimento correicional pertinente e a avaliação da conveniência de suspensão do porte de arma de fogo do retrocitado servidor;

CONSIDERANDO que, até a presente data, a Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social não informou quais as providências adotadas em decorrência do expediente referido alhures;

CONSIDERANDO a extrapolação do prazo para tramitação do feito em sede da Notícia de Fato nº 01.2023.00001003-0, antes da finalização das medidas a serem adotadas por esta Promotoria de Justiça Especializada;

CONSIDERANDO, finalmente, a imprescindibilidade de análise do quanto apurado, a fim de que este Órgão Ministerial possa concluir, adequadamente, acerca de eventuais providências que se façam impositivas, em relação ao episódio aqui referido;

RESOLVE converter a Notícia de Fato acima epigrafada no Procedimento Administrativo em tela.

Nesse esteio, DETERMINA-SE, em sede inicial, a adoção das seguintes providências:

- 1) Registro e autuação do referido Procedimento Administrativo junto ao Sistema de Automação da Justiça do Ministério Público (SAJMP);
- 2) Publicação da Portaria em tela, nos termos do art. 9º da Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- 3) Reiteração do quanto solicitado no Ofício nº 0213/2023/62PJ-Capit, dessa vez na forma de REQUISIÇÃO;
- 4) Realização das demais diligências pertinentes ao feito.

Cumpra-se.

Maceió, 11 de setembro de 2023.

Karla Padilha Rebelo Marques

Promotora de Justiça

Titular da 62ª Promotoria de Justiça da Capital

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo

Av. Presidente Afonso Collor de Melo, Nº 250, Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza

CEP: 57100-000, Rio Largo-AL. Fone: (82) 2122-3690.

PORTARIA 0011/2023/02PJ-RLarg

Inquérito Civil nº 06.2023.00000164-1

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, no uso das atribuições legais e prerrogativas conferidas pelo Art. 129 da Constituição Federal, pela Lei nº 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual nº 015/96, e na Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público; e



CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis; e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Estadual promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social; e

CONSIDERANDO o conteúdo do que foi apurado no PP 06.2022.00000048-2, dando conta de que o Servidor M F C, ocupa concomitantemente as funções de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (vínculo efetivo) e TÉCNICO EM ENFERMAGEM (vínculo temporário); e

CONSIDERANDO a necessidade de realização de diligências para a devida apuração dos horários de exercício de cada um destes cargos, bem como a compatibilidade de horário concomitante de ambos;

RESOLVE INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, com o fim de apurar a prática de possível acúmulo irregular de cargos públicos, com a adoção das seguintes providências:

1. Autuação do ICP no sistema de automação – SAJ;
2. Comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público a respeito da instauração do referido ICP, bem como da sua numeração no sistema SAJ, para os fins previstos nos Arts. 4º, VI e 7º, § 2º, I e II, da Resolução 23/2007-CNMP;
3. Expedir ofício à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, solicitando envio das cópias de declarações assinadas pelos respectivos servidores, quando das respectivas posses, que versem sobre acumulação de cargos públicos;

Rio Largo/AL, 18 de maio de 2023.

LOUISE MARIA TEIXEIRA DA SILVA

Promotora de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo